manchete

Exame

01-08-2012

Periodicidade: Mensal
Classe: Economia/Negócios
Âmbito: Nacional
Tiragem: 43817

Temática: Economia
Dimensão: 1804
Imagem: S/Cor
Página (s): 8 a 12

ENTREVISTA

Paulo Trigo Pereira

"A DEMOCRACIA PORTUGUESA TAMBÉM FOI A BANCARROTA, NÃO FOI SÓ O ESTADO"

Portugal tem um problema de dívida pública, porque tem um défice democrático, alerta o economista Paulo Trigo Pereira. Para este especialista em finanças públicas, sem renovação dos partidos políticos, o país não tem solução. Texto Sónia M. Lourenço. Foto Paulo Alexandrino

manchete

Exame	**Periodicidade:** Mensal	**Temática:**	Economia
	Classe: Economia/Negócios	**Dimensão:**	1804
	Âmbito: Nacional	**Imagem:**	S/Cor
01-08-2012	**Tiragem:** 43817	**Página (s):**	8 a 12

manchete

Exame	Periodicidade: Mensal	Temática: Economia
	Classe: Economia/Negócios	Dimensão: 1804
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
01-08-2012	Tiragem: 43817	Página (s): 8 a 12

O último livro de Paulo Trigo Pereira, *Portugal: Dívida Pública e Défice Democrático*, é um alerta: os problemas das finanças públicas em Portugal não são conjunturais e têm as suas raízes no (mau) funcionamento da democracia. O economista não tem dúvidas de que, sem medidas adicionais, não será possível cumprir a meta para o défice este ano, rejeita mais austeridade e analisa os problemas estruturais que levaram o Estado português à bancarrota.

Face aos dados já conhecidos da execução orçamental, é possível Portugal cumprir a meta de 4,5% para o défice público este ano, sem recorrer a medidas adicionais?
Sem recorrer a medidas adicionais é impossível. Agora, há vários tipos de medidas adicionais. Há medidas de austeridade, receitas extraordinárias e há ainda uma terceira hipótese, que é dilatar o período de ajustamento das contas públicas, aceitando que não vamos cumprir a meta para o défice. É isso que defendo. Ou, em alternativa, recorrer a receitas extraordinárias que não impliquem mais austeridade.

Mas a Comissão Europeia considera que a meta orçamental para este ano ainda é "concretizável".
Parece-me que não fizeram as contas. Fazendo contas conclui-se que não é possível alcançar essa meta. Eu tenho contas, que apresento publicamente, e digo que não é. Aceito que alguém faça contas e chegue a resultados diferentes. Mas, então, apresentem-nas.

É mais vontade política de que Portugal cumpra?
Há uma clara vontade política, que percebo, de mostrar em termos internacionais que Portugal está no bom caminho e a conseguir fazer a consolidação orçamental. O meu argumento para dilatar o período de ajustamento é de que os pressupostos do memorando de entendimento não se estão a concretizar, porque a recessão é mais profunda e o desemprego é mais elevado do que estava previsto. E, sendo assim, o défice não pode ser o mesmo. Espero que o Governo esteja a fazer esse trabalho junto da *troika*.

Qual será o "buraco" nas contas públicas este ano?
A minha estimativa é de 2 mil milhões de euros, ou seja, 1,2% do PIB.

É possível adotar mais medidas de austeridade?
Mais medidas de austeridade são um suicídio económico e político. Subida de impostos ou cortes em remunerações significam maior contração da procura interna, logo, um agravar da recessão e do rácio entre a dívida e o PIB. Economicamente, não tem qualquer sustentabilidade. E politicamente também não. Já ultrapassámos o limite do sacrifício razoável, aliás é isso que diz o acórdão do Tribunal Constitucional que considerou inconstitucional o corte dos subsídios de férias e de Natal dos funcionários públicos e pensionistas. Tomar mais medidas de austeridade seria errado e politicamente explosivo.

A execução orçamental revela que a receita fiscal está muito abaixo do previsto. Porquê?
O problema das receitas fiscais deriva de dois fatores. Em primeiro lugar, da recessão ser mais profunda do que estava previsto. Em novembro de 2011, na iniciativa Budget Watch, previmos uma queda do PIB de 3,3%. Penso que será à volta disso, embora dependa do comportamento das exportações. E segundo deriva de uma estratégia errada do Governo, que passou um conjunto de bens e serviços para a taxa máxima do IVA. Dou o exemplo da restauração. Acho que haveria mais receitas fiscais na restauração mantendo a taxa intermédia e com um programa de combate à evasão fiscal, obrigando à adoção de máquinas registadoras que tornassem impossível fugir aos impostos nos restaurantes. Mas a decisão foi passar o sector para a taxa máxima, o que deve ter levado à falência uma série de restaurantes e noutros há evasão fiscal ainda em maior

O economista público

Nome
Paulo Trigo Pereira

Função
Professor no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG)

Currículo
Doutorado em Economia, pela Universidade de Leicester, no Reino Unido. Mestre em Sociologia e Economia Históricas, pela Universidade Nova de Lisboa. Licenciado em Economia, pelo ISEG. Liderou a comissão técnica que propôs a atual Lei de Finanças Locais. Autor de *Portugal: Dívida Pública e Défice Democrático* e vários outros livros.

Áreas de investigação
Finanças públicas, ação coletiva, economia das instituições, economia experimental e escolha pública.

manchete

Exame

01-08-2012

Periodicidade: Mensal
Classe: Economia/Negócios
Âmbito: Nacional
Tiragem: 43817

Temática: Economia
Dimensão: 1804
Imagem: S/Cor
Página (s): 8 a 12

dimensão. Aprende-se no segundo ano do curso de Economia que a ideia de que se aumenta a receita fiscal aplicando as taxas máximas de imposto não é verdade. Tanto pelo efeito do desincentivo ao esforço, com a falência das empresas, como pela evasão fiscal.

Como viu a declaração de inconstitucionalidade do corte de subsídios de férias e de natal a funcionários públicos e pensionistas?
Gostei. O acórdão está muito equilibrado. Primeiro, apesar de considerar inconstitucionais as duas normas do Orçamento do Estado que têm que ver com os subsídios de férias e de Natal, diz que isso só se aplica a partir do próximo ano. Penso que é razoável, porque se se aplicasse já este ano era o descalabro total das finanças públicas. Segundo, reconhece que há alguma diferenciação entre trabalhadores do público e do privado, mas aponta que essa diferença e a desigualdade de tratamento tem limites e que se ultrapassaram esses limites. Há uma frase no acórdão que diz que a liberdade do legislador não pode ser ilimitada.

E agora? Que alternativas restam ao Governo?
O acórdão não exclui a possibilidade de algum corte, menor do que este, sobre os funcionários públicos e os pensionistas. Mas, há margem noutros sítios, do lado da despesa. E prefiro falar sobre isso. Por exemplo, há margem nos juros da dívida pública. Temos de aproveitar as negociações que a Itália e a Espanha estão a fazer para reduzir os encargos com a nossa dívida pública. Depois, há a reforma do Estado, que ainda não foi feita. Quando se fala em reformar o Estado, mexe-se nalgumas coisas, fundem-se outras, mas depois, *at the end of the day*, isso quase não tem impacto na despesa pública. E isso é que nos interessa. O Governo tem de apresentar medidas concretas com impacto na redução da despesa pública.

O primeiro-ministro tem apontado para medidas de austeridade que abranjam todos os portugueses.
Tem de ser uma medida universal. Uma hipótese é aumentar a tributação sobre o trabalho e o capital, isto é, sobre os rendimentos englobados no IRS. Assim, tocaria a toda a gente. Talvez seja a opção mais correta. No fundo, com este acórdão, o Governo terá de fazer uma redistribuição da austeridade, que estava concentrada nos funcionários públicos e pensionistas. Acho que é justo, porque não foram os funcionários públicos e os pensionistas que criaram o buraco orçamental. Mas também acho que a carga fiscal já está muito elevada. Do lado da receita, devíamos combater a evasão fiscal e ser mais inteligentes na aplicação das taxas do IVA. E devíamos fazer o trabalho necessário do lado da despesa. Depois, temos ainda a possibilidade de recurso a receitas extraordinárias.

Que tipo de receitas extraordinárias?
O Governo tem de puxar pela imaginação. As receitas extraordinárias estão em regra associadas a concessões, a novos licenciamentos, a projetos hídricos, e outros. São receitas que não implicam mais austeridade.

Olhando para este ano, como é possível um desvio tão grande nas receitas fiscais entre a execução orçamental e os valores inscritos no orçamento?
O erro do Governo foi sobretudo no IVA e deve-se a vários fatores. Primeiro, o Governo foi demasiado otimista e pensou que a subida das taxas de imposto aplicadas aos vários bens e serviços teria grande impacto na receita fiscal. O segundo, foi subestimar a recessão. E o terceiro, subestimou o impacto dos cortes nos subsídios de férias e de Natal. Esta medida foi tomada à última hora. Como sei como é que as coisas se fazem neste país, a minha intuição é de que muitos valores estimados no orçamento não foram atualizados. Se calhar, alguns impostos, nomeadamente o IVA, não foram recalculados à luz desse corte de subsídios, que iria gerar uma queda do consumo mais acentuada. É o que suspeito ao olhar para os dados.

Os desvios face ao orçamento são um problema recorrente em Portugal. Porque é que isto acontece?
Tenho várias explicações. A primeira, é que nunca tivemos uma instituição independente de análise das previsões governamentais. Neste momento, já temos, é o Conselho das Finanças Públicas, presidido por Teodora Cardoso. Mas, ainda está longe da velocidade de cruzeiro, só agora está a contratar os seus técnicos. Espero que o seu trabalho vá para a frente. A segunda causa, prende-se com a sociedade civil, cujas iniciativas são importantes para pôr os holofotes no orçamento. Já começaram a ser dados alguns passos, estou envolvido em duas iniciativas, o Budget Watch e a Open Budget Initiative. O terceiro fator, que talvez seja o mais importante, é as oposições em Portugal. Os partidos políticos não têm qualquer *think tank* por trás, portanto, não têm gente capacitada para analisar o orçamento. Quando o Governo apresenta o orçamento, as bancadas da oposição não têm deputados que, por sua vez, tenham atrás de si gente que estuda o documento. Além disso, Portugal tem dos períodos mais curtos na OCDE de discussão do ➤

manchete

Exame	Periodicidade: Mensal	Temática: Economia
	Classe: Economia/Negócios	Dimensão: 1804
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
01-08-2012	Tiragem: 43817	Página (s): 8 a 12

Qualquer governo, independentemente da cor política, não quer divulgar informação, porque tem medo do escrutínio público

orçamento na Assembleia da República. E preciso tempo e conteúdo na discussão. Os partidos políticos têm de investir em recursos humanos que estudem as finanças públicas. Hoje, toda a gente pelo menos já percebeu que não temos viabilidade como país se não resolvermos o problema das finanças públicas. Os partidos, a meu ver, são os principais responsáveis pela situação a que chegámos. A democracia baseia-se nos partidos e os partidos fracassaram. Em toda a linha. Precisam de fazer uma autocrítica e reformarem-se.

Escreveu um livro cujo título é *Portugal: Dívida Pública e Défice Democrático*.
Não foi só o Estado que foi à bancarrota, a democracia também. Enquanto não houver renovação da democracia portuguesa, no sentido da sua requalificação, este país não tem solução. Esse é o argumento central do livro. Isto pode passar por outros partidos ou pela renovação dos atuais. Se calhar, passa pelas duas coisas. Agora, com este estado de funcionamento dos partidos, este país não tem solução. Um exemplo. Quando este Governo chegou ao poder, numa decisão populista e errada, reduziu o número de Ministérios. Agora temos megaministérios, que são ingovernáveis. Critica-se muito o ministro da Economia, mas gostava de saber qual era a pessoa que conseguia gerir aquele Ministério. O Governo devia reconhecer que temos Ministérios a menos e criar mais. Em vez de fazer isso, contrata António Borges.

Para ser um quase ministro?
Para fazer as vezes de um. Não faz sentido. Tem responsabilidades, mas não é nomeado.

É possível renovar os partidos e as instituições?
Se houver um número significativo de portugueses que assumam as suas responsabilidades de cidadania, de intervenção cívica, de intervenção técnica e de participação no espaço público haverá renovação. Há outro exemplo de que falo no livro: temos de discutir as medidas de política antes de serem aplicadas. Sejam medidas legislativas, decisões de investimento público, ou outras. Até ao fim do ano, vai sair um pacote de medidas para as autarquias, incluindo uma nova lei de finanças locais. Se isto for feito por comissões à porta fechada, sem debate público, vão sair más leis.

Não há tradição em Portugal de as entidades públicas prestarem contas, o que torna muito difícil avaliar a sua atuação. Como ultrapassar o problema?
No livro uso a expressão *data huging State*. Nestes 30 anos, o nosso Estado tem "abraçado os dados". Qualquer governo, independentemente da cor política, não quer divulgar informação, porque tem medo do escrutínio publico. É algo que temos de alterar. Temos de melhorar a responsabilização e a prestação de contas, temos de exigir dos poderes públicos que forneçam a informação. Nos Estados Unidos, há um *site* em que é possível ver como votaram todos os membros do Congresso e do Senado, nas várias iniciativas legislativas. Seria muito importante criar algo assim em Portugal, um observatório do Parlamento. Iria responsabilizar os deputados e ajudaria a fazer do Parlamento aquilo que devia ser, mas não é. O funcionamento da democracia também é mau, porque o sistema eleitoral é mau. Portugal é um dos quatro países, entre os 27 da União Europeia, em que nas eleições os cidadãos apenas colocam uma cruzinha num partido político. Em todos os outros países, é possível votar em nomes de candidatos a deputados. Temos de discutir o sistema eleitoral.

Temos, então, um duplo problema.
Exatamente. Temos um problema de dívida pública porque temos um défice democrático. Nos últimos 30 anos, à exceção dos períodos em que vem cá o Fundo Monetário Internacional, com um chicote e uma cenoura, resvalamos sempre nas contas públicas.